

## **Novo ciclo de modernização conservadora: Indústria cultural e reconfiguração da hegemonia**

*Rafael Litvin Villas Bôas<sup>1</sup>*

### **Resumo**

O texto visa apontar aspectos da estrutura de poder que sustenta a desigualdade brasileira por meio da análise da configuração da hegemonia a partir do pós-golpe de 1964, e do papel que a indústria cultural exerce nessa dinâmica. Trabalha com a hipótese da centralidade da Indústria Cultural no contexto de reconfiguração da hegemonia. Nesse sentido, a consolidação da Indústria Cultural aparece como um dos fatores decisivos desse ciclo de modernização conservadora, jogando papel chave na mudança de peso nos termos da equação do poder hegemônico, da coerção para o consentimento, para garantir o retorno “seguro” para as bases do regime da democracia representativa.

**Palavras-chave:** Indústria Cultural. Hegemonia. Cultura.

## **Nuevo ciclo de modernización conservadora: La industria cultural y la reconfiguración de la hegemonía**

### **Resumen**

El texto visa apuntar aspectos de la estructura del poder que sustenta la desigualdad brasileña por medio del análisis de la configuración de la hegemonía desde el pos-golpe de 1964, y del papel que la industria cultural ha cumplido en esa dinámica. Trabaja con la hipótesis de la centralidad de la Industria Cultural en el contexto de la reconfiguración de la hegemonía. Por ende, la consolidación de la Industria Cultural aparece como uno de los factores decisivos de ese ciclo de modernización conservadora, jugando papel clave en el cambio de peso en los términos de la ecuación del poder hegemónico, de la coerción para el consentimiento, para garantizar el retorno “seguro” para las bases del régimen de la democracia representativa.

**Palavras clave:** Industria Cultural. Hegemonía. Cultura.

## **New Cycle of Conservative Modernization: Cultural industry and the reconfiguration of hegemony**

### **Abstract**

The article indicates aspects of the power structure which supports the Brazilian inequalities analyzing the configuration of hegemony after the coup of 1964 and the role played by the industrial culture in this dynamics. The hypothesis is that the cultural industry is central in the context of hegemony reconfiguration. In that sense, the consolidation of the industrial culture one among others decisive factors in this cycle of conservative modernization, playing a key

<sup>1</sup> Professor Adjunto da Universidade de Brasília, atua no curso de Licenciatura em Educação do Campo da Faculdade UnB Planaltina. Coordena o grupo de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais (FUP/UnB), e integra os grupos Literatura e Modernidade Periférica (TEL/UnB), e Forma Estética, Processo Social e Educação do Campo (TEL/UnB). Integrante do Coletivo de Cultura do MST. Correio eletrônico: [rafaelcultura@gmail.com](mailto:rafaelcultura@gmail.com).

role in the modifications of weights in the equation of hegemonic power and for the exercise of coercion for the production of consent, in order to guarantee a “safe” return to the regime of representative democracy.

**Keywords:** Cultural Industry Cultural. Hegemony. Culture.

## Introdução

Um traço marcante da experiência brasileira é a convivência entre a aspiração da entrada em grande estilo no concerto das nações desenvolvidas e a realidade arcaica marcada pela condição colonial e periférica de inserção no sistema mundo. Não se trata de antagonismo, mas de uma relação recorrente entre otimismo e frustração, esperança e ceticismo, orgulho e vergonha, que articula na vida política brasileira o elo entre a pregação civilizatória e a legitimidade da violência do Estado, populismo e força bruta. Mello e Novaes (1998, p. 560) se referem à manifestação do problema na segunda metade do século XX da seguinte maneira:

Os mais velhos lembram-se muito bem, mas os mais moços podem acreditar: entre 1950 e 1979, a sensação dos brasileiros, ou de grande parte dos brasileiros, era a de que faltava dar uns poucos passos para finalmente nos tornarmos uma nação moderna. Esse alegre otimismo, só contrariado em alguns poucos momentos, foi mudando a sua forma. Na década de 1950 alguns imaginavam até que estaríamos assistindo ao nascimento de uma nova civilização nos trópicos, que combinava a incorporação das conquistas materiais do capitalismo com a persistência dos traços de caráter que nos singularizavam como povo: a cordialidade, a criatividade, a tolerância. De 1967 em diante, a visão de progresso vai assumindo a nova forma de uma crença na modernização, isto é, de nosso acesso iminente ao “Primeiro Mundo”.

Havia certamente bons motivos para afiançar o otimismo. A partir dos anos 80, entretanto, assiste-se ao reverso da medalha: as dúvidas quanto às possibilidades de construir uma sociedade efetivamente moderna tendem a crescer e o pessimismo ganha, pouco a pouco, intensidade.

Se o elogio às qualidades do país promissor do mercado emergente faz vista grossa às mazelas do Brasil subdesenvolvido é certo, também, que a centralidade do foco nas marcas de nosso atraso omite os feitos de nossa inserção na modernidade. A aceção dialética é uma prerrogativa para a configuração do problema em questão, sem a qual não podemos entender a relação que organiza termos contraditórios como o fato de termos no país 14 milhões de analfabetos ao mesmo tempo em que temos um dos maiores índices anuais do mundo em formação de mestres e doutores, o país em que pessoas morrem na fila aguardando por atendimento no sistema público de saúde e a cirurgia plástica é referência mundial, o país em que milhões de pessoas dependem da cesta básica da assistência social apesar de ser o maior produtor e exportador do planeta de vários gêneros alimentícios, o país que tem a segunda maior população negra do mundo e tinha até pouco tempo apenas 1% de negros nas

universidades...

Neste ensaio o objetivo é apontar aspectos da estrutura de poder que sustentam a desigualdade brasileira por meio da análise da configuração da hegemonia<sup>2</sup> a partir do pós-golpe de 1964, e do papel que a indústria cultural exerce nessa dinâmica. Trabalha-se com a hipótese da centralidade da Indústria Cultural no contexto de reconfiguração da hegemonia. Nesse sentido, a consolidação da Indústria Cultural foi um dos fatores decisivos desse ciclo de modernização conservadora, e jogou papel chave na mudança de peso nos termos da equação do poder hegemônico, da coerção para o consentimento, para garantir o retorno “seguro” para as bases do regime da democracia representativa.

O trabalho segue o fio da meada urgido por pesquisadores que apostam na chave da disputa ideológica, protagonizada pelos meios de comunicação de massa, como vetor principal da manutenção do poder. Com o término das duas décadas de ditadura no Brasil, alguns intelectuais diagnosticaram que, embora tivéssemos retornado ao regime democrático, poderíamos ainda viver sob a vigência de uma outra forma de totalitarismo.

No ensaio *Televisão e violência do imaginário*, publicado em 2000, a psicanalista Maria Rita Kehl afirma: "Uma sociedade em que o imaginário prevalece, em que as formações imaginárias é que elaboram o real – esse real ao qual não temos acesso – é uma sociedade de certa forma totalitária, independentemente de qual seja a situação do governo, do Estado, da polícia" (KEHL, 2000, p.149). O psicanalista Tales Ab'Sáber (2010, p. 191), no ensaio *Brasil, a ausência significativa política (uma comunicação)* fala em “cultura totalitária de mercado, dada a falta de garantias e dignidade humana básicas na vida da maioria” (2010, p. 191) citando a reflexão de Pasolini, sobre fascismo de consumo, para se referir à “ordem geral de violências a que estamos instalados hoje, plenamente legitimadas pelo poder e pelo mercado.

O sociólogo Emir Sader (2009, p. 61) se refere, no livro *A nova toupeira*, ao empuxe que o neoliberalismo conferiu à engrenagem da indústria cultural, mediante aceleração do consumo e fragmentação social, questões articuladas e centrais para a reconfiguração da hegemonia:

A maior vitória ideológica da nova direita neoliberal deu-se por essa influência midiática, articulada com as campanhas publicitárias das grandes marcas e no estilo de consumo dos *shopping centers* – e cujo complemento indispensável é a própria

---

<sup>2</sup>Segundo Raymond Williams (1979, p. 651): “A hegemonia é então não apenas o nível articulado superior de “ideologia”, nem são as suas formas de controle apenas as vistas habitualmente como “manipulação” ou “doutrinação”. É todo um conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores – constitutivo e constituidor – que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente. Constitui assim um senso da realidade para a maioria das pessoas na sociedade, um senso de realidade absoluta, porque experimentada, e além da qual é muito difícil para a maioria dos membros da sociedade movimentar-se, na maioria das áreas de sua vida”.

televisão e toda a nova indústria da imagem. No entanto, o que mais contribuiu para a hegemonia neoliberal foi a imensa fragmentação social e cultural que o novo modelo produziu e reproduziu em toda a imensa massa da população.

Novais e Mello (1998, p. 651) analisam que a redemocratização do país é um prolongamento do Estado nascido com a ditadura militar, “essencialmente plutocrático, primeiro autoritário, depois liberal, porém sempre plutocrático”:

A estratégia dos ricos e poderosos, que Carlos Estevam Martins chamou de “mudar o regime para conservar o poder”, acabaria desembocando no neoliberalismo. Para garantir sua dominação, ajudaram a transformar a política também num negócio. Seu verdadeiro meio de fazer política não são os partidos, e sim a grande imprensa e os meios de comunicação de massas, atuando protegidos por essa quase ficção que é, entre nós, a liberdade de informação. Os partidos políticos convencionais perdem importância, são meros apêndices voltados para o toma lá, dá cá. As eleições transformam-se num espetáculo de TV, comandados por marqueteiros sempre competentes em “mobilizar emoções”.

A despeito do problema não ser novidade, geralmente, aparece apenas de soslaio nos trabalhos acadêmicos, como uma obviedade que dispensa aprofundamentos. Até aí nada surpreendente, dada a desmobilização política a que o pensamento crítico que resistia nas universidades brasileiras foi submetido mediante a ditadura cívico-militar, da qual, aliás, a míope e autorreferente política de ciência e tecnologia brasileira é consequente.

Mais grave que isso é a marca do trauma nos movimentos sociais da esquerda brasileira, que por um viés ou outro, procuram recolocar em pauta a ação política contra-hegemônica, seja pela luta pela terra, por trabalho, por teto, contra o racismo, etc. Apesar da disputa no campo das ideias ser reconhecida como uma questão relevante, os movimentos não encamparam, na elaboração de suas estratégias, a questão na esfera das providências a serem tomadas. Então, as discussões sobre o impacto da Indústria Cultural e da mercantilização da cultura e da vida, e o domínio dos meios de comunicação de massa, até aparecem, mas como iniciativas setorializadas e não estruturantes – nos partidos de esquerda o problema é ainda maior.

Sem a noção precisa da dimensão da ferida, os movimentos reproduzem internamente em suas estruturas organizativas a dissociação entre as esferas da cultura com as esferas da política e economia, e introjetam no todo, ou em parte, os modelos de cultura administrados pela hegemonia, a saber: cultura como sinônimo de entretenimento ou cultura como grau de erudição individual e distinção social. Em ambos os casos, o significado de cultura não se articula com a ideia de política, no sentido de ação de interferência na realidade, visando sua transformação.

## 1 Novo ciclo de modernização conservadora

Nos anos de 2014 e 2016 o Brasil sediará respectivamente a Copa do Mundo de futebol masculino e as Olimpíadas, os dois maiores eventos esportivos do planeta. Para muitos, essas duas conquistas são provas incontestáveis de que o país chegou lá, ao concerto das nações desenvolvidas.

Um dos exemplos emblemáticos da formalização desse discurso é o vídeo publicitário do banco brasileiro Bradesco, que tem na voz narrativa o sistema financeiro transnacional dando as boas novas aos seus clientes e investidores. Com a trilha sonora da melodia da canção “Aquarela do Brasil” e o cenário de um grande estádio de futebol cujo centro se transforma nas imagens das conquistas anunciadas, aplaudidas por eufórica torcida de pessoas miscigenadas, diz o narrador: “O Brasil é mais do que o país do futebol. É o país da agricultura e pecuária. Onde o Bradesco tem presença, há mais de sessenta anos financiando produtores de todos os tamanhos. (...) É o país da diversidade e igualdade, da iniciativa privada em equilíbrio com o setor público. (...) Esse não é mais um país do futuro. Hoje, no mundo, o Brasil é presença. E presença no Brasil é Bradesco”<sup>3</sup>. Sintomático: o país que supostamente ascendeu é o do mercado emergente, e não o do povo integrado via um projeto de nação consolidado.

Entretanto, o orgulho nacional não deixou de conviver com a frustração e ceticismo decorrentes da sensação de que nem tudo se move para a frente, ou de que a contra-face do progresso alardeado pela publicidade é o país com o maior índice de concentração de terras do planeta, e com um dos maiores índices de desigualdade social do mundo. O confronto do orgulho sustentado por expectativas lançadas ao futuro com a realidade de nossa condição periférica e subdesenvolvida é dilacerante, trata-se de enclave típico da condição colonial – miragem na metrópole e âncora na superexploração.

A dissonância entre norma e realidade, aspiração e condições objetivas, coloca em movimento uma engrenagem violenta, seja pela perspectiva cruel com que a feição moderna do país procura administrar ou aniquilar os ruídos da feição arcaica, seja pelo modo maniqueísta e regressivo com que a grande imprensa manipula o problema, vide a título de exemplo a representação midiática em chave maniqueísta do confronto entre forças armadas e traficantes no Rio de Janeiro, como “a guerra do bem contra o mal”.

Cabe registrar, todavia, o lastro histórico das pistas da engrenagem dissonante que perseguimos no argumento: embora referenciada numa tradição ocidental de pensamento, nossa intelectualidade, desde o momento da independência, não encontrou em solo nacional

<sup>3</sup> In: <http://www.youtube.com/watch?v=coat5rurPko>, Comerciais: Bradesco, Presença.

os pressupostos sociais correspondentes àquela tradição, haja vista que os ideais de liberdade e igualdade foram importados por uma sociedade escravagista. Mas, diante do empenho de construir uma cultura nacional, este aparente desarranjo encontrou uma articulação particular. Roberto Schwarz (1999, p. 156) observa que "o divórcio entre aspiração cultural e condições locais é um traço comum, e quase se diria lógico, da vida em colônias ou ex-colônias". O desejo permanente de ascender a uma posição de grandeza no concerto das nações fez com que nossa intelectualidade transformasse recorrentemente nossa situação de "atraso" social em condição específica que nos alavancaria à condição de potência mundial. Daí, por exemplo, o harmonioso mito da democracia racial e da felicidade de nosso povo ...

Esse sentimento coletivo de que o destino guardaria ao Brasil um futuro promissor nos acompanhou até o século XX, com as devidas mudanças de tons e contextos, chegando ao nacional desenvolvimentismo da esquerda brasileira das décadas de 1950 e 1960 e sendo apropriado pela direita após o golpe de 1964, que canalizou esse "ímpeto" para o chamado "milagre econômico" resultante da estratégia de modernização conservadora do país que, em última instância, é parte integrante de uma dinâmica mundial de impulso modernizador do parque industrial e do desenvolvimento capitalista da agricultura de países periféricos, como um novo fôlego aparente à economia mundial, que não se concretiza, fazendo com que o processo de modernização desses países se torne incompleto, uma espécie de encalhe na linha intermediária entre o arcaico e o moderno, chamado por Robert Kurz (1992) de *sociedades pós-catastróficas*.

No estágio contemporâneo do problema, o protagonismo do sistema financeiro - que nunca lucrou tanto como no governo Lula - na tarefa de anunciar a notícia de que "chegamos lá", por meio do suporte da forma publicitária, é indício de um problema de ampla envergadura, que aqui é configurado como hipótese: vivemos no país um novo ciclo de modernização conservadora, ou revolução passiva, em que ocorre considerável expansão e flexibilização no raio de ação da hegemonia, com garantia de permanência da estrutura do poder.

Coutinho (1998, p. 138) destaca a presença de dois momentos articulados do processo da revolução passiva, a saber: o momento de restauração, como reação à possibilidade de uma transformação efetiva e radical "de baixo pra cima"; e o momento de renovação, caracterizado pela assimilação de muitas demandas populares postas em prática pelas velhas camadas dominantes.

No panorama dessa reconfiguração da hegemonia, está a contemplação dos miseráveis no bloco histórico ampliado, por meio das políticas assistenciais. André Singer (2010, p. 62) compara o feito ao ocorrido nos Estados Unidos da década de 1930:

Conjunto de programas iniciados na primeira Presidência de Franklin D. Roosevelt para fazer frente à crise de 1929, o *New Deal* permitiu um salto na qualidade de vida dos pobres e propiciou maior igualdade entre os cidadãos americanos. Ter instaurado tal ambiente é um legado dos dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele pode moldar o “marco regulatório”, para usar uma expressão do mundo jurídico, no qual ocorrerão as próximas disputas eleitorais. Isto é, partidos e candidatos divergirão quanto aos meios, mas os fins estão fixados de antemão.

Entretanto, a inclusão dos miseráveis no bloco histórico não significa a redução estrutural da desigualdade social. Nos tempos áureos da Teoria da Dependência o pesquisador André Gunder Frank (1966) formulou no ensaio *O desenvolvimento do subdesenvolvimento* a tese de que não seria possível a superação da condição do subdesenvolvimento dos países de Terceiro Mundo. O que poderia ocorrer é o desenvolvimento do subdesenvolvimento, contudo, sem o abandono da condição periférica. Segundo Frank: “O subdesenvolvimento não é devido a sobrevivência de instituições arcaicas e à existência de escassez de capital em regiões que permaneceram isoladas do fluxo da história mundial. Ao contrário, o subdesenvolvimento era e ainda é gerado pelos mesmos processos históricos que geraram desenvolvimento econômico: o próprio desenvolvimento do capitalismo”. A mais recente “fórmula” do desenvolvimento nacional parece confirmar a tese. Segundo Singer (2010, p. 64):

Embora a redução da pobreza tenha significado também uma diminuição da desigualdade, esta parece responder com mais vagar às iniciativas governamentais. Num comunicado do início do ano, o IPEA observou que “o movimento recente de redução da pobreza tem sido mais forte que o da desigualdade”. Segundo Ilan Goldfajn, economista chefe do Itaú Unibanco, “somos o décimo pior país em distribuição de renda” no mundo. Para o especialista em finanças públicas Amir Khair, hoje “apenas 1% dos brasileiros mais ricos detém uma renda próxima dos 50% mais pobres”. Por isso, segundo o economista Marcelo Neri, quando olhado desde o ângulo da desigualdade, a fotografia da sociedade brasileira é ainda “grotesca”.

Em reportagem intitulada *Subdesenvolvimento*, Eduardo Sales de Lima (2010, p. 4), ressalta que os brasileiros adquirem mais bens de consumo (fogão, geladeira e televisão estão na grande maioria das casas), apesar da estagnação de investimentos públicos em setores essenciais:

Cresceu o consumo. As condições de vida, de certo modo, melhoraram. Mas o Índice de Gini, que mede a desigualdade social, avançou quase nada, de 0,521, em 2004, para 0,518, em 2009. O Brasil ainda se encontra, como afirma o sociólogo Ricardo Antunes, da Universidade Estadual de Campinas, dentro de sua “tragédia social”. A partir dos dados compilados pela última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad/2009), do IBGE, divulgada no dia 08, vê-se um Brasil desigual que cresce economicamente em meio à negação de direitos universais à população.

O desenvolvimento periférico implica que a quantidade de miseráveis tem diminuído; os pobres têm aumentado por causa do aumento do salário mínimo, com o conseqüente crescimento do poder de consumo da classe trabalhadora; e a fração dos milionários

brasileiros também tem crescido. Michel Löwy<sup>4</sup> nominou a experiência da gestão petista no governo federal de social-liberalismo, um mecanismo que contempla a todos, porém, em proporções que mantêm a simetria da desigualdade. No caso do campo brasileiro, por exemplo, grosso modo, 90% do investimento foi destinado para o agronegócio e apenas 10% para a agricultura familiar.

Além da manutenção do poder concentrado no agronegócio, também na questão racial o bloco histórico reconfigurado incluiu sem alterar a estrutura da desigualdade, numa fórmula complexa: ocorreu uma espécie de inclusão excludente, que em alguns índices, conforme aponta Wanderley Guilherme dos Santos (2011, p. 24), até mesmo acirrou o fosso entre brancos e negros:

Entre 1988 e 2009, a violência contra a população branca foi reduzida de 64,6% para 52%, enquanto a população preta ou parda, vitimada, aumentou de 34,9% para 47,1%. O mesmo fenômeno se deu na comparação por gênero: a porcentagem de homens roubados ou furtados decresceu de 58,3% para 53,1%, enquanto a das mulheres aumentou de 41,7% para 46,9%. As porcentagens relativas à violência física seguem o mesmo padrão: enquanto a população branca, em particular a masculina, obteve acréscimos de segurança, nos últimos 20 anos, a probabilidade de sofrer agressões corporais aumentou para a população feminina, preta e parda.

## **2 O Golpe de 1964: o limiar de onde começamos a regredir**

Quase meio século após o golpe empresarial-militar que vitimou a população brasileira em 1964, vivemos ainda as consequências trágicas da experiência de organização social interrompida pela força das armas. Segundo o psicanalista Tales Ab'Sáber (2010, p. 193), “poderíamos dizer que o que restou da ditadura militar foi simplesmente tudo. Tudo, menos a própria ditadura”:

O Brasil continua sendo um país extremamente excludente e fortemente autoritário, com controles particulares do espaço público, confirmando a sua incapacidade profunda de reparar a clivagem social radical de sua origem. Tudo isso, o velho Brasil arcaico de uma ordem de senhores absolutos e de cidadãos que são objetos absolutos, hoje em dia falsos cidadãos disponíveis para tudo, em nossa origem histórica escravos, não foi, para o meu gosto, suficientemente alterado por nossa república democrática danificada, embora tenha sido recoberto por uma textura fetichista e nova, advinda do mercado internacionalizado, muito pouco estudada criticamente, o segredo geral de nosso tempo, única universalidade falsificada que se conhece: a de uma ordem de espetáculo rebaixada, que parece dar destino definitivo para o déficit de constituição de um sujeito moderno entre nós, imbuído de direitos e de práticas políticas positivas.

A sociedade brasileira que emerge após as duas décadas de ditadura e modernização conservadora é diversa da anterior, agora majoritariamente urbana, com aumento do mercado interno e ampliação da classe média. Esse o viés aparentemente positivo, porquanto a experiência pode também ser narrada pelo viés negativo: a sociedade brasileira que emerge

<sup>4</sup> Em um ciclo de palestras que ministrou em Buenos Aires no final de outubro de 2010. Nota do autor a partir da palestra proferida.

após essas duas décadas é resultado de uma violenta migração do campo para a cidade, consequência da modernização do maquinário agrícola que torna desnecessário o grande contingente de mão de obra humana e expulsa os camponeses da terra pois, além de não mais necessitar deles, o desenvolvimento tecnológico do sistema produtivo permite o plantio em áreas mais extensas, dizimando as condições de competitividade das pequenas propriedades<sup>5</sup>. Expulsos do campo, os camponeses são incorporados pela cidade como mão de obra barata, sobretudo no ramo da construção civil, no caso masculino, e do emprego doméstico, no caso feminino (NOVAIS e MELLO, p. 598).

No plano acadêmico, a ditadura é responsável pela destruição do pensamento nacional que, pouco a pouco, vinha se desprovincianizando e ganhava consistência crítica, além de incorporarmos danosamente o sistema universitário norte-americano, via acordo MEC-USAID. Isso sem falar na destruição da promissora articulação entre Ligas Camponesas e movimento operário e da destruição, ou reificação, de formas culturais que estavam em processo de construção, como é o caso do teatro épico no Brasil, pesquisado por Iná Camargo Costa (1996), que passou de força produtiva (antes do golpe de 1964) para artigo de consumo, após o golpe. Singer ressalta que passado quase meio século após o golpe de 1964, somente no atual contexto estamos a recuperar os índices de desenvolvimento que o país obteve na véspera do uso da coerção para destituir o processo de democratização em curso:

Mesmo mantido o ritmo atual de melhora das condições de vida dos menos aquinhoados, o IPEA calcula que em 2016 chegaremos a um indicador de desigualdade um pouco inferior àquele que dispúnhamos em 1960, quando foi aplicada a primeira pesquisa sobre diferenças de renda.

Ou seja, se for bem sucedido o esforço no sentido de elevar o padrão de existência dos mais pobres nos próximos anos, o que está no horizonte é voltar ao ponto interrompido pelo golpe de 1964. Após duas décadas de um regime militar concentrador, e de outras duas décadas de estagnação, as políticas de redução da pobreza nos levarão de volta ao limiar de onde começamos a regredir. Não é coincidência que o salário mínimo tenha voltado, em 2009, ao patamar de meados dos anos 1960 (SINGER, 2010, p. 64).

O saldo do último ciclo de modernização conservadora, decorrente do golpe empresarial-militar de 1964, impôs ao Brasil a marca permanente da cisão entre as classes,

<sup>5</sup> Segundo Luiz Henrique Gomes de Moura, do Setor de Produção do MST e do grupo Modos de Produção e Antagonismos Sociais, em comentário ao texto, naquele período “a maioria do maquinário era de tratores utilizados para o revolvimento do solo, que normalmente já era feito com animais, e para o plantio. Mas a grande parcela dos trabalhadores volantes, que eram camponeses e vendiam a força de trabalho durante um período, era utilizada nas colheitas, o que só teve mudança tecnológica substancial depois da década de 1990, com as colheitadeiras. Penso que três processos foram centrais na expulsão dos camponeses: as nulas chances de competitividade, que liquidou a renda das famílias; maior necessidade de venda da força de trabalho para suprir a renda liquidada, o que acabou por definitivamente inviabilizar as unidades camponesas, já que não haviam mais braços para lavar a própria terra; e os conflitos agrários. Até a década de 1960 o sertão brasileiro (Cerrado e Amazônia) era “selvagem e indomável” para a agricultura. Com a revolução verde os solos dos do cerrado puderam ser “domados” com a calagem e a irrigação, o que o transformou numa imensa fronteira a ser explorada. O sertanejo então foi sendo assassinado e expulso de suas terras. O caso de Trombas e Formoso é emblemático”.

que apesar de nunca antes terem andado próximas, poderiam diminuir consideravelmente as barreiras entre si mediante a consolidação das reformas de base e a perspectiva de um projeto socialista de país. Desde então, democracia no Brasil tornou-se sinônimo de garantia das condições para a massificação do consumo, este sendo um dos principais índices de avaliação individual do desempenho dos governantes<sup>6</sup>.

### 3 Da gênese e articulação entre os conceitos de hegemonia e indústria cultural

A aposta na articulação entre os conceitos reside na potência dessa conexão no âmbito da descrição do problema eleito, a saber, os termos do novo ciclo de modernização conservadora e o legado do ciclo anterior. Apesar da elaboração dos conceitos de hegemonia, por Gramsci (1979; SADER: 2005), e de Indústria Cultural, por Adorno e Horkheimer (1985), ter ocorrido em paralelo, sem indícios de influência de uma ou outra parte nos argumentos elaborados, inclusive porque os autores escreveram em condições adversas – no cárcere e no exílio, respectivamente - o chão histórico do problema que os autores abordaram trata de dimensões do mesmo problema estrutural, conforme aponta o historiador Miguel Stedile:

Tanto Adorno e Horkheimer, na Alemanha, quanto Gramsci na Itália, escrevem desde países de onde a revolução proletária foi frustrada. Em ambos, pela vacilação de parte dirigente da classe operária. Nos dois países, assistimos não à ascensão da classe operária ao poder, mas de um novo fenômeno: os partidos de massa de extrema direita, o nazi-fascismo. Isto em um período histórico de crise estrutural do capitalismo, onde sua versão liberal havia naufragado e a sociedade encontrava-se claramente entre dois projetos: o socialismo, movido pela ascensão da União Soviética, e a forma mais conservadora e violenta do capitalismo, expresso nas bandeiras nazi-fascistas. Ambos estudiosos procuram entender os motivos da derrota da classe operária e a ascensão do fascismo. Mais além, no caso de Adorno, após o desfecho desta crise, com a segunda guerra mundial, e o estabelecimento de uma nova ordem econômica mundial, capitaneada pelos Estados Unidos, Adorno procura entender a hegemonia do que ele chama de “Indústria Cultural” tanto no campo capitalista, como no campo soviético, expresso no “Realismo socialista” (In STEDILE, BASTOS e VILLAS BÔAS, 2008, p. 16).

Note-se que o corte do problema não se restringe à escala nacional, ainda que não exclua a dimensão particular que nos diz respeito enquanto país. A dinâmica do capital, em escala global, das últimas quatro décadas colocou em xeque o sentido clássico do conceito de ideologia, de uma racionalização que encoberta o vínculo com interesses particulares, tornando imperativa a reflexão sobre os novos termos de funcionamento do conceito. Ao

<sup>6</sup> No caso da expressiva popularidade de Lula, Singer (2010, p. 65) pondera: “A condução das medidas anticíclicas durante a crise, na qual o presidente se destacou pela ousadia de conchamar a população a manter a confiança e comprar, arriscando-se a quebrar junto com os endividados, caso algo desse errado, consolidou uma popularidade inédita desde a redemocratização. Subitamente, o crescimento que se julgava extinto, voltou. Pode-se dizer que a crise fortaleceu o campo popular na terceira fase do governo Lula, o que tornou tal fato decisivo para a alavancagem da candidatura Dilma Rousseff”.

mesmo tempo, o conceito de hegemonia parece adequado como instrumento de análise para lidar com a manifestação local da dinâmica de âmbito cosmopolita do capital, pois podemos observar uma alteração significativa no comportamento de nossa elite ocupante, considerando o agravamento do processo de exclusão de grande parte da população brasileira a partir do regime militar: ela desobrigou-se de sua missão ilustrada para com o “povo inculto”, ou, noutros termos, a retórica da elite passou a não mais carecer da inclusão dos segregados no seu discurso de nação para manter seus privilégios. O projeto nacional da elite foi abandonado e, nos termos da dominação, a expressão da vez é “mercado emergente”.

Todavia, conforme aponta Wang Hui (*apud* ANDERSON, 2010, p. 118), a feição local é parte integrante de uma dinâmica transnacional e supranacional do capital, que em parte a determina, e sem a qual a especificidade não se pode delinear:

Hegemonia diz respeito não só as relações nacionais ou transnacionais, mas está intimamente conectada ao capitalismo transnacional e supranacional. Deve ser analisado dentro da esfera das relações de mercado globalizadas. (...) As mais diretas expressões do aparato mercadológico-ideológico são a mídia, a publicidade, o “mundo da compra” e assim por diante. Esses mecanismos não são apenas comerciais, mas ideológicos. Seu grande poder se baseia no apelo ao “senso comum”, necessidades corriqueiras que transformam as pessoas em consumidoras, que seguem de forma voluntária a lógica do mercado em suas vidas cotidianas.

#### **4 Indústria Cultural: origem do conceito e recepção brasileira**

De acordo com Theodor Adorno, em um ensaio publicado em 1967, a expressão “indústria cultural” foi utilizada pela primeira vez na obra *Dialética do esclarecimento*, escrita em conjunto por ele e Max Horkheimer e publicada em 1947. Neste ensaio posterior, Adorno (1967) comenta que nos rascunhos o termo por eles utilizado era “cultura de massas”, mas optaram por substituí-lo por “indústria cultural” para desligá-lo “desde o início do sentido cômodo dado por seus defensores: o de que se trata de algo como uma cultura que brota espontaneamente das próprias massas, da forma que assumiria, atualmente, a arte popular”.

O capítulo *A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas* da obra *Dialética do esclarecimento* (ADORNO e HORKHEIMER, 1985) apresenta uma ampla argumentação sobre a forma de operação e as consequências da indústria cultural. A noção básica é de que a racionalidade instrumental reificou a cultura, transformando-a em mercadoria, circulada por um aparato capitalista. A pergunta a ser respondida seria: por que tendo as condições técnicas para a emancipação o indivíduo não o faz?

De acordo com Axel Honneth (1999, p. 509), atual diretor do Instituto para Pesquisa Social, internacionalmente conhecido como Escola de Frankfurt, o Instituto foi fundado em 1924 e, até 1930 foram realizadas pesquisas sobre a história do socialismo. Naquele ano Max Horkheimer assumiu a direção e promoveu uma tentativa de fusão entre a teoria marxista com

as ciências sociais. Em oposição ao que Horkheimer chamou de "Teoria Tradicional", de base positivista, seria necessária uma "Teoria Crítica", "entendida como teoria sempre ciente de seu contato social de origem, assim como do seu contexto de aplicação prática", tendo como foco do interesse a investigação do conflito entre as forças produtivas e as relações de produção.

Com essa finalidade Horkheimer (1983), propõe um modelo de materialismo interdisciplinar escorado nas disciplinas de economia política, psicologia social e teoria da cultura. Honneth (1999) avalia que esse modelo padecia de certo reducionismo funcionalista pois os pesquisadores não teriam conseguido se livrar do que o autor chamou de resíduo dogmático da filosofia marxista da história: "esse programa era concebido de tal forma que apenas os processos sociais suscetíveis de assumir funções na reprodução e na expansão do trabalho social podem encontrar um lugar nele. (...)" (1983, p.16).

A partir dos anos 1940 ocorreu uma mudança de orientação nas pesquisas do Instituto. Embora o conceito de trabalho ainda permanecesse como fundamento categorial, as pesquisas abandonaram o foco das possibilidades emancipatórias armazenadas no processo de dominação da natureza e passaram a analisar o potencial destrutivo da razão humana.

Foi a passagem de um conceito positivo do trabalho societário para um conceito negativo que introduziu uma nova fase na história da teoria crítica. O lugar até então ocupado pela posição produtivista de progresso foi substituído por uma crítica da razão, cética em relação ao progresso, e tão radical que podia também duvidar do valor cognitivo das disciplinas especializadas. (HONNETH, 1999, p.519)

Um elemento decisivo na mudança de orientação dos estudos foi a ascensão do fascismo e do nazismo. Essa experiência reposicionou a perspectiva de progresso histórico-materialista, sendo analisada a partir de então por um viés cético. Adorno e Horkheimer (1985) usam o conceito de "racionalidade instrumental" com a finalidade de explicar a origem e a dinâmica do processo filogenético de desintegração.

A recepção brasileira da teoria crítica correu por outro rumo, em chave positivista, num movimento peculiar cujo desvio de rota ideológico merece destaque. Embora referenciada numa tradição ocidental de pensamento, nossa intelectualidade, desde o momento da independência, não encontrou em solo nacional os pressupostos sociais correspondentes àquela tradição, haja vista que os ideais de liberdade e igualdade foram importados por uma sociedade escravagista. Mas, diante do empenho de construir uma cultura nacional, este aparente desarranjo encontrou uma articulação particular. Roberto Schwarz observa que "o divórcio entre aspiração cultural e condições locais é um traço comum, e quase se diria lógico, da vida em colônias ou ex-colônias" (SCHWARZ: 1999, p.156). O desejo permanente de ascender a uma posição de grandeza no concerto das nações fez com que nossa intelectualidade transformasse recorrentemente nossa situação de "atraso" social em

condição específica que nos alavancaria a condição de potência mundial. Daí, por exemplo, o harmonioso mito da democracia racial, da felicidade de nosso povo ... Esse sentimento coletivo de que o destino guardaria ao Brasil um futuro promissor nos acompanhará até o século XX, com as devidas mudanças de tons e de contextos, chegando ao nacional desenvolvimentismo da esquerda brasileira das décadas de 1950 e 1960 e, sendo apropriado pela direita após o golpe de 1964, que canalizou esse "ímpeto" para o chamado "milagre econômico" resultante da estratégia de modernização conservadora do país, que em última instância, é parte integrante de uma dinâmica mundial de impulso modernizador do parque industrial de países periféricos, como um novo fôlego aparente à economia mundial, que não se concretiza, fazendo com que o processo de modernização desses países se torne incompleto, uma espécie de encaixe na linha intermediária entre o arcaico e o moderno, chamado por Robert Kurz como "sociedades pós-catastróficas" (1992).

Nesse sentido, inserção periférica do país no sistema mundial é também determinante da recepção brasileira do conceito de Indústria Cultural. No momento em que a porção moderna dos países colhe, barbarizada (com a devida exceção dos norte-americanos), os frutos do ciclo completo de modernização, no pós II Guerra Mundial, os países periféricos ainda se empenhavam em fazer decolar suas economias (e tinham fortes indícios de que o projeto de modernização poderia se efetivar) e construir seu modelo de civilização de acordo com os pressupostos importados, justamente, daquele centro mundial estraçalhado pelo holocausto. Paulo Eduardo Arantes (1996, p. 177) comenta a recepção da Teoria Crítica no Brasil, ressaltando o empenho fundador e permanente de nossos intelectuais em se apropriar das teorias, buscando nelas uma solução para o país; lembrando que nem Marx nem os frankfurtianos estavam interessados em encontrar uma saída específica para a Alemanha "quando expunham a patologia planetária do capitalismo, ao contrário dos brasileiros perseguidos pela missão atávica de superação do subdesenvolvimento".

[...]Lembrando que um juízo tão inapelável sobre a inviabilidade civilizatória do capitalismo só poderia cair mal, uma impertinência incompreensível por parte de um marxismo construtivo mais interessado em industrializar um país colonial, que precisava apostar portanto numa certa normalidade capitalista com fôlego suficiente para alcançar aquela meta (por meio até de uma ruptura revolucionária, se servisse aos mesmos propósitos de saída nacional). E mais: agravando o desencontro, aquela versão materialista original do nosso conflito de passagem básico Colônia/Nação contava a seu favor com um fortíssimo apoio na realidade, aparência tão solidamente ancorada nos fatos que deveria mesmo empurrar os ditos frankfurtianos históricos ao plano inferior do grã-finismo metodológico, da má vontade estetizante, do absenteísmo ornamental, perfumaria hermética etc. Se já disse, e não me importo de repetir, eles foram derrubados e por isso mesmo eram considerados ilegíveis (uma prosa armada intencionalmente para estar a altura de um impasse histórico de tirar o fôlego não poderia deixar de afugentar leitores em qualquer parte do mundo confrontados com um retrato sem retoques da própria alienação, em particular

brasileiros, positivamente engajados e formados numa tradição intelectual alérgica à complexidade conceitual de construção literariamente exigente de um argumento) pela evidência palmar de que o famigerado imperialismo responsável por nossa antiga condição primário exportadora estava não obstante abrindo caminho para a industrialização na periferia, enquanto no centro o mesmo grande capital aceitava o mal menor do *Welfare*. (ARANTES, 1996, p.176)

Positivo e negativo seriam categorias vinculadas a otimismo e pessimismo, de acordo com nossa tradição intelectual, que além da herança do positivismo francês, no plano da comunicação é acrescida com o pragmatismo norte-americano. Por essa perspectiva hegemônica da academia brasileira, a negatividade em sua acepção marxista é veementemente descartada do debate. Podemos entender por negatividade a crítica estruturada em premissas antissistêmicas que, portanto, não visa ajustar, melhorar ou consertar a estrutura sistêmica atual e, por isso, não corrobora com as premissas edificantes desse modelo civilizacional – essa seria a perspectiva positiva – pelo contrário, vê barbárie onde a visão positiva vê humanidade, e vice-versa. Note-se que não se trata de colocar como antagônicos os objetivos humanistas que justificam ambas, a questão é que enquanto a tradição positiva os trata diretamente, na perspectiva negativa eles não são mencionados, a não ser indiretamente, posto que o objetivo é desconstruir o discurso (e o sistema) positivo que declara estar atingindo tais "metas". Partindo dessa contextualização histórica da recepção brasileira do pensamento frankfurtiano, encontramos elementos para refletir a respeito da alcunha de "pessimistas" que os frankfurtianos ganharam no Brasil.

Se, na década de 1960, a esquerda podia somar evidências de que tínhamos todas as condições para uma revolução socialista, atualmente não dispomos dessa referência, que se mostrou ao longo das décadas ledor engano, não obstante continuamos reafirmando o pessimismo deles, sem ter o respaldo, ou a escora, do otimismo ilusório de antigamente.

O pesquisador Francisco Rudiger (1998, p.14) notou em seu trabalho *Comunicação e indústria cultural: a fortuna da teoria crítica nos estudos de mídia brasileiros* que a recepção brasileira da Teoria Crítica foi, além de descontínua, bastante empobrecedora em relação ao argumento teórico e conceitual: "[...] a perspectiva frankfurtiana encontra-se numa espécie de limbo, do qual só consegue ser chamada de maneira estereotipada. As tentativas de compreendê-la de maneira séria e fundamentada tiveram pouca continuação e não se traduziram em um programa de pesquisa consequente". Não raro, quando nossos pesquisadores mencionam o termo "indústria cultural" não se referem ao conceito contido no termo por Adorno e Horkheimer<sup>7</sup> (1985), mas somente ao fato de que, a partir de determinado

---

<sup>7</sup> A expressão "indústria", contudo, não deve ser tomada ao pé da letra: ela se refere à estandarização da própria coisa, por exemplo, à estandarização dos filmes western, familiares a todo frequentador de sala de cinema, e a racionalização das técnicas de divulgação; não ao processo de produção no sentido estrito (ADORNO, 1967).

momento histórico, passamos a ter em território nacional a produção e consumo massificado de bens culturais. Nesse caso, o termo "indústria cultural" é esvaziado conceitualmente e passa a denotar a constatação de que a partir de determinado momento o Brasil passou a produzir e consumir bens culturais em escala massiva.

## **5 Indústria Cultural, questão agrária e racismo**

A despeito de o senso comum associar Indústria Cultural à esfera do entretenimento, contemplando no máximo a dimensão mercantil do sistema de produção de notícias, cabe ressaltar, todavia, o caráter sistêmico da dinâmica que Adorno e Horkheimer (1985) procuraram abarcar, lançando mão do legado da economia política, da psicologia, e das mediações entre arte e sociedade.

Além da superação do risco meramente conteudista, ou formalista, focado na análise de produtos culturais ou obras de arte, que imporia à crítica o impasse da reclusão à esfera da cultura, se coloca ainda o desafio de, a partir do chão histórico brasileiro, estabelecer as balizas que nos permitam compreender o papel que a Indústria Cultural desempenha para a permanente renovação da estrutura de poder hegemônica.

A universidade brasileira cumpre função relevante para a permanência do isolamento da Indústria Cultural de outras questões articuladas e indissociáveis, como a questão agrária e a questão racial. A totalidade da configuração histórica da experiência é esquartejada e dividida arbitrariamente em departamentos de pós-graduação que, de tão empenhados em legitimar a relevância de suas linhas de pesquisa perante padrões de produtividade impostos por agências reguladoras, não se colocam o desafio de atuar nas fronteiras das áreas de conhecimento para constituir uma concepção crítica da realidade, segundo as pistas explicitadas pela dinâmica das classes em confronto.

Decorrem daí as marcas do trauma, por exemplo: nas universidades, em geral, as pesquisas sobre a questão agrária não contemplam a influência decisiva que teve a Indústria Cultural para a implementação da Revolução Verde no Brasil. A propaganda das supostas benesses das providências necessárias para o plantio eficiente em larga escala, com uso intensivo de agrotóxicos etc., são contemporâneas e decorrentes do fortalecimento do mercado publicitário brasileiro na década de 1960, em diante<sup>8</sup>.

Nas Faculdades de Comunicação, tão pouco a questão agrária é estudada como fenômeno partícipe da Indústria Cultural. Há um divórcio entre campo e cidade, ou o

<sup>8</sup> Conferir a dissertação de mestrado *Questão agrária e hegemonia: a unidade produtiva como campo de batalha entre a alienação e a emancipação* (Florianópolis: UFSC, 2010), de Luiz Henrique Gomes de Moura, pesquisador do grupo Modos de Produção e Antagonismos Sociais e integrante do Setor de Produção do MST.

apagamento sistemático do fato do Brasil ser, ainda, um país de base exportadora agrícola, com as inerentes contradições dessa opção colonial.

Uma das evidências do caráter violento desse influxo modernizante no país é que o período de modernização do sistema produtivo no campo, que coincide com o período de inversão da concentração da maioria da população, do campo para a cidade, demandou um regime político autoritário para se efetivar. Por vinte anos prevaleceu no Brasil o poder pela força das armas, momento em que se consolidou a Indústria Cultural brasileira para garantir posteriormente o retorno à democracia e o exercício de manutenção do poder pelo consentimento, ainda que a força se manifeste sempre que a classe dominante considere necessário para conter as contradições, como no caso do massacre de Eldorado de Carajás, em 1996. A propósito, segundo Anita Leocádia Prestes (2010, p. 7), no contexto atual “a luta ideológica é a principal forma da luta de classes [...]. As classes dominantes buscam a hegemonia através do consenso. Mas, quando necessário, apelam para a coerção”.

Entretanto, há muitas pistas que nos permitem pouco a pouco elaborar uma perspectiva de pesquisa conjugada, que considere que a articulação entre racismo, agronegócio e indústria cultural são problemas articulados, e que a análise das conexões entre esses fatores é providência necessária para a abordagem da realidade contemporânea que tenha em perspectiva a ideia de totalidade da experiência histórica.

O poder da classe dominante brasileira é sustentado pelo tripé “monopólio da terra + controle dos meios de comunicação + poder político eleitoral”, acrescido, a partir do influxo neoliberal da década de 1990, pela entrada massiva do capital transnacional em diversos setores da economia brasileira, que ademais, desde sua origem é vulnerável e dependente, em condição periférica, dessa dinâmica externa. Apesar da irregularidade perante a lei é comum que os políticos de maior influência do Congresso Nacional brasileiro sejam proprietários de cadeias de meios de comunicação em suas regiões, e com isso se mantenham em evidência permanente e ataquem seus inimigos. O domínio dos meios de comunicação é um instrumento de coação e um instrumento de acumulação de riqueza e influência, a despeito do sistema de uso dos serviços de comunicação ser supostamente regulado pelo Estado por meio do sistema de concessão pública.

Não é mera coincidência que no Parlamento brasileiro os políticos brancos da bancada ruralista sejam fortes protagonistas da reação às políticas de ação afirmativa para a população afrodescendente brasileira. Com frequência, por exemplo, o senador Demóstenes Torres, do partido Democratas de Goiás, é requisitado para dar entrevistas pelas emissoras familiares que, não por acaso, integram associações do agronegócio no Brasil.

Após o término das duas décadas de ditadura que marcaram o período de 1964 a 1985,

os meios de comunicação da grande imprensa passaram a exercer papel fundamental para a manutenção da hegemonia: a administração do antagonismo que marca nossa sociedade segregada por meio de mecanismos formais de anulação das contradições de classe e raça; dissolução de conflitos agrários e urbanos, por meio do escamoteamento das causas políticas e econômicas do problema; justificativa da função repressora do Estado por meio dos “blocos do crime” nos telejornais e programas policiais; e ocultamento das causas humanas das catástrofes ambientais que têm assolado o país, a fim de não vincular os problemas como parte inevitável da lógica do sistema destrutivo de acumulação de capital.

A despeito da maioria da população do campo brasileiro ser negra e viver em condição de miséria ou pobreza, não há volume significativo de pesquisas que articule questão agrária e questão racial, agronegócio e racismo, como conexões atuais do problema estrutural que engrena um modo de produção agrícola voltado eminentemente para exportação ao legado escravocrata brasileiro. A conjunção entre eficiência mercantil do modo de produção e barbárie social, esta movendo aquela e suprindo a modernidade do centro sob o ônus da fratura exposta do sistema, não é novidade dos dias atuais, pelo contrário, data do período colonial.

Para além dos limites corporativos e departamentais da academia brasileira, são os movimentos sociais de trabalhadores do campo que denunciam a face arcaica e brutal da promessa de modernidade brasileira, o agronegócio, dando visibilidade aos índices de criminalidade das cidades de fronteira agrícola do agronegócio, explicitando o caráter danoso para a natureza e humanidade (desmatamento e exportação ilegal de madeira, monocultivo até o esgotamento da terra, criação de pastagens para pecuária extensiva) desse modelo de produção, chamando atenção para a libertação de trabalhadores em condições análogas à escravidão em fazendas modelo do setor agrícola, e expondo a crescente internacionalização das terras dos países do hemisfério sul.

Entretanto, mesmo com a intensa movimentação há limites no plano da formulação de estratégia, em função do não reconhecimento no plano histórico, teórico, e como providência de articulação da classe trabalhadora brasileira, das conexões explosivas entre terra, raça e classe. A pauta dos movimentos, a despeito de sua legitimidade, é em geral reativa ao avanço do modelo hegemônico, e não organizativa. A maioria negra do campo é vista pelos movimentos somente sob o crivo da condição de trabalhadores rurais, sem que 350 anos de escravidão façam diferença na compreensão do problema e na formulação de estratégias para lidar com a questão. De modo geral, a interpretação política da esquerda brasileira expropriou a historicidade da classe trabalhadora, a saber: quando os negros em condição escrava foram libertos pela abolição da escravidão eles perderam a sua cor, sua memória afrodescendente, e

entraram para a história como os despossuídos, os pobres, desempregados, mão de obra desqualificada para o trabalho, trabalhadores rurais, rurícolas.

Há, ainda, para além da existência dos espaços protocolares de articulação entre os movimentos sociais de diversos segmentos populares, a resistência ao debate sobre classe, raça e terra, sob a alegação de que esse debate pode incitar a segregação e a desarticulação das bases sociais. Sem perceber, esse medo é parente, ou herdeiro da “síndrome do pânico”<sup>9</sup> manifesta pelas elites brancas do país desde o período escravocrata: é a manifestação da introjeção de um preconceito sociorracial que tem efeito regressivo perante a organização das classes populares brasileiras.

Florestan Fernandes (1989, p. 42), um dos principais intérpretes da formação do Brasil, pensador reconhecido e homenageado por diversos movimentos sociais brasileiros, questiona a invisibilidade dos vínculos explosivos entre classe e raça no Brasil:

O fato nu e cru é a existência de uma imensa massa de trabalhadores livres e semilivres, na cidade e no campo. É, portanto, entre os de baixo, onde a luta de classes crepita com oscilações, mas com vigor crescente, que a raça se converte em forte fator de atrito social. Há problemas que poderiam ser resolvidos “dentro da ordem”, que alcançam a classe mas estão fora do âmbito da raça. A raça se configura como pólvora do paiol, o fator que em um contexto de confrontação poderá levar muito mais longe o radicalismo inerente à classe.

Não se faz hoje associação de causa e consequência diante do fato de sermos o país recordista na concentração de terras (46% das terras nas mãos de 1% de proprietários), o último a abolir a escravidão, e termos a maioria da população negra em condição de pobreza. A Lei de Terras, promulgada em 1850, é um marco para a compreensão do destino articulado da questão agrária e da questão racial do país. Quando a elite percebeu que a escravidão teria um fim datado na história mundial – haja vista que a revolução dos negros haitianos já tinha ocorrido e amedrontava os senhores de escravo brasileiros, e que a produção excedente de mercadorias exigia a expansão do mercado consumidor na periferia mundial – adiantou-se e decretou que as terras poderiam ser compradas (a altos custos), herdadas ou concedidas pelo poder do Estado. Então, trinta e oito anos depois dos braços negros tornarem-se livres, as terras já eram mercadoria, com preços inacessíveis para a população negra ex-escrava que, até a abolição, em geral não era remunerada pelo fruto do seu trabalho.

Dois mitos sobre terra e raça foram urgidos para escamotear a brutal violência do processo civilizatório brasileiro: a dimensão continental do território brasileiro é representada como um dos grandes marcos de nossa “pátria grande”, indício do caminho promissor que a “potência do sul” teria a percorrer, esperava-se em médio prazo, para sair da condição de nação periférica, marcada pela colonização e escravidão, e galgar posição louvável no

<sup>9</sup> Expressão cunhada pelo sociólogo Clóvis Moura em *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.

concerto das nações; no que tange à raça, a colonização portuguesa construiu por aqui o que foi nominado, posteriormente, como mito da democracia racial, uma aposta de que a integração entre brancos europeus, negros africanos e índios americanos poderia no futuro se consolidar como a singularidade brasileira. Nação miscigenada e território integrado: duas bandeiras da classe dominante introjetadas pelo conjunto da população brasileira, mediante muito investimento publicitário e campanhas de propaganda governamental.

## **6 Fissuras da hegemonia, contradições e perspectiva contra-hegemônica**

Em ensaio emblemático publicado em 1986, sobre a trajetória da Rede Globo no Brasil e a função que a emissora cumpriu para consolidar o ciclo de modernização conservadora da ditadura de 1964, a psicanalista Maria Rita Kehl reflete sobre a construção do "Padrão Globo de Qualidade" e sua influência na manutenção de um formato hegemônico de representação da realidade brasileira. Segundo a autora: "[A Rede Globo foi] a grande distribuidora de renda simbólica desse país. Foi a concretizadora, ao nível do imaginário, dos sonhos e promessas do milagre brasileiro – que concretamente não se cumpriram" (KEHL, 1986, p. 173). O público alvo da publicidade na televisão seria menos de um terço do total de telespectadores, seria a parcela com poder aquisitivo que permitisse a compra dos bens de consumo sofisticados ofertados pelas empresas, cuja grande maioria era multinacional, enquanto os outros dois terços "se integram apenas ao nível do imaginário. São os consumidores potenciais das imagens, mas não dos bens concretos, de um país 'em desenvolvimento'" (KEHL, 1986, p.171).

Ao que tudo indica o atual ciclo de modernização conservadora pelo qual passamos enquanto país pode ser compreendido como aquele que consolida o projeto mercantil de inclusão da maioria possível dos integrantes do território como consumidores, em alguma escala, não mais apenas ao nível do imaginário. Uma conclusão taxativa dessa inferência poderia ser, em chave pessimista, a afirmação de que a lógica da mercadoria instalou-se em caráter absoluto, sem margem para contestação. A sociedade de consumo, entendida por alguns como fascista, a cultura totalitária de mercado, seria a reta final do desenvolvimento possível para um país periférico que não realizou em tempo as transformações estruturais que poderiam lhe carimbar o passaporte para o primeiro mundo.

A despeito da procedência parcial do argumento, cabe notar que ele lima as contradições decorrentes do processo, essenciais para avaliação do panorama das possibilidades contra-hegemônicas. Nesse sentido, vale acompanhar o complemento tecido por Perry Anderson (2010) ao argumento de Wang Hui, previamente citado neste texto, a

título de alerta para um possível impasse caso o debate sobre as providências se restrinja a questão do consumismo e sua relação com o modelo de democracia, que assim, tomada a termo, não deixa de ser uma falsa questão:

Aqui, consumismo é corretamente identificado com uma sustentação da hegemonia global do capital. Mas nesse nível também a estrutura da hegemonia atual é dupla. Consumo, sim: é o terreno da presa ideológica em um domínio da vida cotidiana. Mas o capitalismo, não devemos nunca esquecer, mantém em sua base um sistema de produção e é no trabalho assim como no lazer que a hegemonia se reproduz cotidianamente, o qual Marx chama de “compulsão ao trabalho alienado”, que progressivamente adapta pessoas a relações sociais existentes, matando suas energias e capacidade de imaginar qualquer outra e melhor ordem do mundo. Nessa estrutura existencial dupla, na encruzilhada entre universo da produção e consumo – cada um sendo uma compensação, meio-real e meio-ilusória, para o outro –, constitui-se o mais profundo nível na estrutura transnacional de hegemonia na política despolitizada de hoje (ANDERSON, 2010, p. 118).

O foco recai, portanto, sobre a articulação entre trabalho e consumo, sistema de produção e relações sociais de produção. Nesse sentido, cabe a indagação: o projeto de democracia, norteado pela massificação do consumo como meio de inclusão dos alijados do poder de compra no bloco histórico, enseja contradições que podem ser exploradas em sentido contrário à hegemonia?

Em primeira mirada, é plausível afirmar que um país que democratiza a oferta de consumo sem desconcentrar a renda na mesma proporção do aumento da oferta é um país violento: a mobilidade de classes não é real, não há reconfiguração do espaço urbano, a periferia permanece em seu lugar. A violência inerente a esse mecanismo de estímulo e contenção é uma contradição que precisa ser recalçada, mediante os riscos de sublevação, revolta ou revolução, para isso é necessário, como ação de desmobilização preventiva, a produção do consenso sobre a legitimidade do uso da coerção do Estado mediante suas forças de segurança.

Todavia, o aparato coercitivo só é necessário porque a modernização conservadora traz no bojo a ameaça da pressão popular por transformações estruturais mediante a percepção das condições objetivas para que isso ocorra. Não custa lembrar que no ciclo anterior o resultado da repressão à ameaça potencialmente revolucionária foram duas décadas de ditadura cívico-militar. É, portanto, o reconhecimento dos sinais da ameaça que pode nos recolocar no fio da meada da luta de classes, bloqueando os argumentos fascistas que atacam a política assistencialista de distribuição de renda, para além de seus limites objetivos. Movida por esse intuito, em véspera da decisão eleitoral de 2010, Kehl publica o texto *Dois pesos*, vinte e quatro anos depois de seu prognóstico sobre a Globo e o ciclo de modernização conservadora anterior:

A Bolsa-Família, acreditem se quiserem, proporciona as condições de consumo capazes de gerar empregos. O voto da turma da “esmolinha” é político e revela consciência de classe recém-adquirida. O Brasil mudou nesse ponto. Mas ao contrário do que pensam os indignados da internet, mudou para melhor. Se até pouco tempo alguns empregadores costumavam contratar, por menos de um salário mínimo, pessoas sem alternativa de trabalho e sem consciência de seus direitos, hoje não é tão fácil encontrar quem aceite trabalhar nessas condições. Vale mais tentar a

vida a partir da Bolsa-Família, que apesar de modesta, reduziu de 12% para 4,8% a faixa de população em estado de pobreza extrema. Será que o leitor paulistano tem ideia de quanto é preciso ser pobre, para sair dessa faixa por uma diferença de R\$ 200? Quando o Estado começa a garantir alguns direitos mínimos à população, esta se politiza e passa a exigir que eles sejam cumpridos. Um amigo chamou esse efeito de “acumulação primitiva de democracia”.

Índicio do incômodo que tal opinião provoca na classe dominante foi a demissão da autora de seu ofício de colunista do jornal O Estado de São Paulo. Segundo Raymond Williams (1979, p. 115), o poder hegemônico “não existe passivamente como forma de dominação. Tem de ser renovado continuamente, recriado, defendido e modificado. Também sofre uma resistência continuada, limitada, alterada, desafiada por pressões que não são as suas próprias pressões”. Entretanto, para que exista uma perspectiva contra-hegemônica é necessário que uma classe ou grupo que seja potencialmente universal, em chave estrutural, rompa o bloco histórico e prepare uma transformação social radical.

No Brasil, de acordo com Coutinho (1998), os camponeses e os assalariados agrícolas foram aliados do bloco histórico hegemônico, nas fases de regime populista que vigoraram de 1937 a 1945 e de 1945 a 1964; enquanto os trabalhadores assalariados urbanos foram incorporados, em condição subalterna, mediante a concessão de direitos sociais e de determinadas vantagens econômicas. Vigorava o regime de industrialização acelerada, com base no processo de substituição de importações. A exclusão do campesinato e trabalhadores rurais assalariados manteve a oligarquia latifundiária no bloco de poder e foi útil à burguesia industrial, na medida em que ampliava enormemente o exército industrial de reserva e, por conseguinte, pressionava para baixo o salário dos trabalhadores urbanos.

No contexto atual o ingresso de quantidade significativa de trabalhadores na esfera do mercado formal de trabalho, e na vida do consumo massivo induzida pelas políticas assistenciais poderá ocorrer sem contradições (de classe) de ordem mais profunda? Esse processo poderá ser conduzido de forma apaziguada, administrada pelas leis de mercado geridas pelo governo da vez?

Ildo Sauer, em avaliação dos anos de governo Lula, em entrevista concedida ao jornal Correio da Cidadania, em novembro de 2010, defendeu a tese de que Lula consolidou o capitalismo e instrumentalizou o Estado no Brasil, além de refletir sobre o paradoxo do otimismo induzido pelo influxo mercantil à revelia do abandono do investimento público em setores essenciais da vida coletiva:

Mas não se discutiu a reforma da educação, necessária, com conceito e amplitude, horizontalização; não se discutiu a reforma agrária, que ficou escondida; não se discutiu a reforma urbana, a questão da moradia, do planejamento, abarcando onde as pessoas vivem, trabalham, circulam, enfim, a mobilidade de um transporte público de qualidade; não se discutiu a questão da reforma da saúde, e não há um brasileiro que queira estar submetido ao nosso sistema de saúde público, muito bem

concebido e mal implementado. Ninguém deseja circular nos transportes públicos nas grandes metrópoles; ninguém acredita que a proteção ambiental hoje, da qualidade do solo, ar e água nas cidades e em termos globais, seja aceitável; ninguém está satisfeito com o volume de investimento em ciência, tecnologia e pesquisa. E, no entanto, o país parece feliz, o que é um paradoxo. De onde vem isso? Creio que da pequena sensação de bem estar, promovida por uma conjuntura econômica, externa e interna, favorável.

Ab'Sáber (2010, p. 190) partilha de opinião semelhante: “O país continua feliz, com a pior concentração de renda do mundo, com vidas arruinadas pela falência programática e avançada dos valores e das estruturas públicas, com uma economia desindustrializada, ou seja, financeirizada e com uma infernal subjetivação geral para o mercado, sem renda mínima para realizá-la, produzindo em massa os famosos sujeitos econômicos sem nenhuma renda, de Robert Kurz”.

Todavia, ainda que pareça incontestável a hegemonia de mercado, algumas fissuras puderam ser detectadas no último período da conjuntura política brasileira. Apesar do apoio intenso dos meios de comunicação de massa a candidatos da direita, e da crítica contundente às candidaturas de Lula para presidência, a maioria da população optou pelo ex-metalúrgico, nordestino, sindicalista do PT. O que mostra que sujeição ao consumismo e manipulação política nem sempre correm no mesmo barco, ou ainda, que a adesão incondicional à lógica de mercado não tem como consequência direta a alienação passiva perante a opinião manipulada pelos meios de comunicação de massa<sup>10</sup>. Segundo Sader (2009, p. 60):

A unidade de toda essa gama de setores do grande capital, sob a hegemonia do capital financeiro, não conseguiu forjar uma ampla base social de apoio, a despeito da aliança com os novos setores globalizados das classes médias – que, de qualquer maneira, eram minoritários nessa camada social. Apesar do papel que a grande mídia mercantil passou a ter como direção política e ideológica da nova direita latino-americana, sua capacidade de mobilizar e consolidar apoios no plano político é limitada, mesmo com a imensa influência ideológica que exerce.

Singer (2010) defende a hipótese de que por um longo tempo o norte da sociedade brasileira será dado pelo anseio histórico de reduzir a pobreza e a desigualdade social e antevê um prognóstico de confrontação de classes para o próximo período, se alguns itens da pauta dos trabalhadores se mantiverem em voga, como a continuidade da política de valorização do salário mínimo, a manutenção do crédito, e maior capacidade do Estado de induzir o investimento privado. Segundo o analista, a taxa de desemprego diminuirá e podem ressurgir as condições para ascensão da luta proletária. Num cenário possível, se formará nova aliança

<sup>10</sup> Obviamente, o Lula e o programa do PT da disputa para presidente de 1989 não é o mesmo do pleito em que saiu vitorioso, a esquerda fez concessão ao centro e a direita para que seu programa fosse aceito, ao ponto da descaracterização do programa, na opinião de muitos analistas. Mas para efeito do argumento, o que importa ressaltar é que a opinião da maioria não está inquestionavelmente colada à opinião dos meios de comunicação de massa e determinada pelos padrões hegemônicos de representação da realidade que esses meios difundem.

produtiva mediante união de trabalhadores e burguesia industrial contra o capital financeiro. Por sua vez, a aliança pode não se efetivar ou ruir em função das reivindicações trabalhistas, como aumento salarial, e pela divergência de concepção sobre a função e o tamanho do Estado, e a questão das cargas tributárias.

Nesse item, capitalistas e assalariados se encontram em campos opostos. A pressão da burguesia pela contenção dos gastos do Estado deverá crescer. Assim, a abrangência dos serviços públicos de saúde e educação é um tema que separa a coalizão majoritária em diferentes segmentos. Para os trabalhadores, deve-se atender ao mandamento constitucional de universalizar a saúde e educação públicas. Para os empresários, a privatização em curso, representada pelos planos de saúde e escolas privadas, merece ser preservada e ampliada. Contrapõem-se aqui visões distintas a respeito do papel do lucro no atendimento de necessidades fundamentais como medicina e educação. (SINGER, 2010, p. 66)

A discussão sobre formulação de estratégias que tenham no horizonte a construção de uma perspectiva contra-hegemônica não tem como abrir mão de outros dois conceitos da teoria gramsciana que foram referência nos debates da esquerda partidária brasileira nas últimas décadas: guerra de posição e guerra de movimento. Carlos Nelson Coutinho (1998, p. 151), um dos principais divulgadores da teoria gramsciana no Brasil, afirmava em 1998, portanto, antes do PT assumir o governo federal, que vivíamos uma crise de modelos interpretativos: se somos uma sociedade "ocidental" não podemos imaginar formas de transição ao socialismo centrada na "guerra de movimento", no choque frontal com os aparelhos coercitivos do Estado, em rupturas revolucionárias rápidas e violentas. Essa constatação implicou na opção deliberada pela guerra de posição, ou seja, pela disputa política no âmbito institucional, em que o objetivo seria a conquista da hegemonia por meio da opção estratégica da guerra de posição.

Sem mencionar a especificidade brasileira, Perry Anderson (1986) aponta um problema dessa concepção ainda na matriz do pensamento gramsciano, pois ele compreendia a guerra de posição como o espaço da hegemonia, entendida esta como o governo pelo consentimento permanentemente organizado. Nesse esquema a guerra de movimento é subestimada. De acordo com Anderson (1986, p. 71), no caso de Gramsci, as inadequações da fórmula da "guerra de posição" tinham uma clara relação com as ambiguidades da sua análise do poder de classe da burguesia. Gramsci igualava a guerra de posição à hegemonia civil. Assim, exatamente como sua utilização da hegemonia tendia a implicar que a estrutura do poder capitalista no Ocidente repousava essencialmente sobre a cultura e o consentimento, a ideia de uma guerra de posição tendia a implicar que o trabalho revolucionário de um partido marxista era essencialmente o da conversão ideológica da classe operária - daí a sua identificação com a frente única, cujo objetivo era ganhar a maioria do proletariado ocidental para a terceira Internacional. "Nos dois casos, o papel da coerção - repressão da parte do Estado

burguês e da insurreição da parte da classe operária - tendem a desaparecer”<sup>11</sup>.

A análise de Anderson (1986) é publicada dois anos após criação no Partido dos Trabalhadores (PT), no Brasil, que optou claramente pela centralidade da guerra de posição em seu planejamento estratégico, e um ano após o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que desde sua origem lançou mão da guerra de movimento, mediante a ocupação de terras improdutivas ou que por outros motivos não cumprem sua função social, em compasso articulado com a batalha no campo institucional, inerente à guerra de posição, mediante diálogo constante com agentes do Estado visando a consolidação da reforma agrária no Brasil, como política de Estado implementada.

Passadas duas gestões nacionais do PT a força e o limite da estratégia traçada já dispõem de elementos para análise, conforme o presente trabalho procurou apontar se referenciando em estudos recentes. O resultado para a organização social da classe trabalhadora pode também em parte ser aferido pelo estado fragilizado em que se encontram os principais movimentos sociais de massa da esquerda brasileira, que tiveram nesse período sua principal tática – a guerra de movimento como instrumento de pressão, via arregimentação e formação massiva das famílias mediante a experiência do combate no calor da hora por anos a fio até lograrem conquistas como o acesso à terra e aos créditos – combatida fortemente pela gestão direta do Estado às famílias da linha de miséria mediante políticas assistenciais.

A opção pela guerra de posição se chocou com as fronteiras intransponíveis da hegemonia, que soube impor condições para o exercício do poder a um grupo estranho no ninho, haja vista os compromissos do PT com a manutenção dos compromissos financeiros do grande capital na Carta aos Brasileiros divulgada na campanha eleitoral de 2002, a política de conciliação de Lula com o setor arcaico da produção agrícola brasileira, mediante elogios aos usineiros, alçados à condição de heróis, e presenteados com investimentos do BNDES e outros órgãos de fomento, etc.

Quais providências tomar para repor os termos da luta de massas que logre conquistas objetivas de modo que a garantia de avanços institucionais não implique na desmobilização da experiência de luta coletiva das classes populares? Anderson (1986, p. 71) aponta para o equívoco da centralidade da guerra de posição na formulação da estratégia da esquerda:

Formular a estratégia proletária como essencialmente uma guerra de posição é esquecer o caráter necessariamente repentino e vulcânico das situações revolucionárias, que pela natureza dessas formações sociais não podem jamais ser estáveis por longos períodos, e portanto, impõem a maior rapidez e a maior mobilidade do ataque se não se quer perder a oportunidade de conquistar o poder. A insurreição, como sempre enfatizaram Marx e

---

<sup>11</sup> Comentário de Luiz Zarref, em diálogo com o argumento proposto: “Não reside aí o germen desses processos de “controle social”, como os conselhos, e de levantamento de demandas da sociedade por meio de conferências, ao invés de processos de lutas que cada vez são mais rechaçados pelo governo brasileiro?”

Engels, depende da arte da audácia.

Por fim, enquanto esse texto é escrito a surpreendente insurreição nos países árabes do Norte da África têm desfecho incerto, mas já logrou vitória ao expulsar o ditador da Tunísia. Na Europa, greves gerais questionam as leis excludentes do capital em importantes capitais do continente. Na América Latina avançam as experiências de governos de esquerda eleitos democraticamente, com revisões importantes das constituições de seus países. Em curto espaço de tempo países como Bolívia, Equador e Venezuela zeraram suas taxas de analfabetismo e expandiram em taxas muito acima do Brasil o percentual de entrada de jovens no ensino superior. No Haiti e em Honduras a reação do poder hegemônico não consegue mais garantir o verniz da ordem perante a arbitrariedade da força bruta da dominação imperial, não há mais o elo do consentimento na equação da hegemonia. Como alerta há mais de uma década, em palestras e diversos textos o professor Paulo Arantes, não há mais missão civilizatória do capital. Nas investidas imperiais contra o Iraque e Afeganistão a fraude da guerra é explícita, assim como a crise econômica dos EUA, que usam do arsenal de seu poder de morte para conquistar fontes de suprimento de energia e exercer o domínio pela ameaça. Na América do Sul, a grande maioria dos países não se sentiu protegida pela reativação da 4ª Frota da Marinha estadunidense, e prefere confiar em sua força regional (Unasul) perante a nova correlação de forças mundial.

Contudo, o cenário é antes de conflito que de comemoração. Cabe avaliarmos detidamente se os governos de esquerda, centro-esquerda, e as insurreições mais recentes são capazes de alterar a estrutura hegemônica do capital. Esse sismógrafo é mais profundo do que a análise geopolítica da relação entre os países. Democracias pautadas por índices de consumo são capazes de combater a exploração da força de trabalho, a mais valia, e o fetichismo da mercadoria, ou, a mercantilização da vida e consequente destruição da natureza? Não seria um paradoxo que, para se desenvolverem, governos de esquerda lancem mão dos mesmos pressupostos da filosofia do progresso tão danosa para a maioria pobre de suas populações, e para o meio ambiente? Haja vista, no caso brasileiro, a questão da usina hidrelétrica de Belo Monte, da transposição do Rio São Francisco, da política segregacionista de limpeza urbana e o salto do mercado imobiliário nas capitais que serão sede dos jogos da Copa do Mundo, da imposição “natural” do retorno das Forças Armadas nas cidades brasileiras, etc.

A aventada multipolaridade, ou articulação mais incisiva do Brasil com países da América Latina e com Índia, Rússia e China pode ter expandido mercado para exportações de empresas brasileiras, ou eventualmente para importações, como no caso da China, mas os brasileiros não presenciaram até o momento nenhuma mudança estrutural em curso, conforme apontou Ildo Sauer (2010).

Orgulho e ressentimento, festa e ódio racial, consumo e segregação, ostentação e subdesenvolvimento, esperança e ceticismo, progresso e barbárie: marcas de uma experiência periférica

cujo desenvolvimento ora é insuflado como promessa por alianças improváveis do nacional desenvolvimentismo entre forças populares e capital nacional, que volta e meia reaparece como fantasma na cena política nacional; ou por golpes de Estado, sustentados pela força bruta e pela elite rural oligárquica e urbana industrial, que ao invés de fazer avançar o país, retrocedem o acúmulo dos anos de frágil democracia.

O novo ciclo de modernização conservadora em que ingressamos, em parte por empenho coletivo progressista de ordem nacional, em parte como decorrência da dinâmica mundial hegemônica do capital, impõe o desafio de elaborarmos estratégias que não compreendam de modo antagônico ou dual a guerra de posição e guerra de movimento, para evitar o risco de que se configure uma oposição maniqueísta entre reformismo e aventureirismo. Cabe, portanto, avaliar o que ficou de fora das estratégias de partidos e movimentos de esquerda, identificar as questões latentes com chão histórico comum que por inadequação da teoria importada à realidade local não convergem organicamente para uma configuração crítica da realidade que vise sua transformação, como as articulações potenciais entre classe, raça, gênero e terra. Os gargalos são de ordem teórica e prática, de formulação e articulação, e serão vencidos na medida em que sejam reconhecidos como impasses, e a força neles contida seja compreendida como recalques históricos a serem superados.

## Referências

- AB'SÁBER, Tales. Brasil, a ausência significativa política (uma comunicação). In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.) *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. Páginas 187 a 202.
- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ADORNO, Theodor. *Résumé sobre indústria cultural*. In: Ohne Leitbild (Ed.) *Parva Aesthetica*. Farnkfurt. Suhrkamp, 1967. Disponível em: <[http://antivalor2.vilabol.uol.com.br/textos/frankfurt/adorno/adorno\\_26.html](http://antivalor2.vilabol.uol.com.br/textos/frankfurt/adorno/adorno_26.html)>. Acesso em: 18 mar. 2012.
- ANDERSON, Perry. Algumas notas históricas sobre hegemonia. *Margem Esquerda: ensaios marxistas*, n. 14, 2010. Páginas 102 a 120.
- ARANTES, Paulo Eduardo. *O fio da meada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- COSTA, Iná Camargo. *A hora do teatro épico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

- COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci no Brasil: recepção e usos. In: MORAES, João Quartin (Org.) *História do Marxismo no Brasil*, Vol. 3. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. Páginas 151 a 195.
- FERNANDES, Florestan. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.
- FRANK, Ander Gunder. *O desenvolvimento do subdesenvolvimento*. 1966. Disponível em: <[http://resistir.info/mreview/gunder\\_frank.html](http://resistir.info/mreview/gunder_frank.html)>. Acesso em: 11 dez. 2010.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- HONNETH, Axel. Teoria Crítica. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonatha (Orgs) *Teoria Social hoje*. São Paulo: Editora Unesp, 1999. p. 503-552.
- HORKHEIMER, M. Teoria tradicional e teoria crítica. In: BENJAMIN, W; HORKHEIMER, M; ADORNO, T; e HABERMAS, J. *Textos escolhidos*. São Paulo, Abril Cultural, 1983. Coleção Os Pensadores, Vol. XLVIII.
- KEHL; Maria Rita. Televisão e violência do imaginário. In: BUCCI, Eugênio (Org.) *A TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 133-151.
- \_\_\_\_\_. Dois pesos. Originalmente publicado no jornal O Estado de São Paulo e posteriormente postado em O Escrevinhador em 07 de outubro de 2010. Disponível em: <<http://www.rodrigovianna.com.br/outras-palavras/dois-pesos-maria-rita-khel-diz-tudo.html>>. Acesso em: 17 out. 2010.
- \_\_\_\_\_. SIMÕES, Inimá F.; COSTA, Alcir Henrique da. *Um país no ar: história da TV brasileira em três canais*. São Paulo: Brasiliense/Funarte, 1986.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LIMA, Eduardo Sales de. Subdesenvolvimento. *Jornal Brasil de Fato*, ano 8, n. 394, p.4, 16 a 22 de setembro de 2010.
- ORTIZ, Renato. Da cultura desalienada à cultura popular: o CPC da UNE. In: \_\_\_\_\_. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.
- MOURA, Luiz Henrique Gomes de. *Questão agrária e hegemonia: a unidade produtiva como campo de batalha entre a alienação e a emancipação*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina, em dezembro de 2010.

NOVAIS, Fernando; MELLO, João Manuel Cardoso de. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org). *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 4. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

PRESTES, Anita Leocádia. Historiador comprometido com as lutas populares. *Jornal Brasil de Fato*, Ano 8, n. 405, p. 7, edição de 02 a 08 de dezembro de 2010.

RUDIGER, Francisco. *Comunicação e indústria cultural: a fortuna da teoria crítica nos estudos de mídia brasileiros*. São Paulo: Revista Brasileira de Ciência da Comunicação. Volume XXII, nº2, jul/dez 1998.

SADER, Emir. *A nova toupeira*. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. Gramsci: poder, política e partido. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SANTOS, Wanderley Guilherme. Lula e sua herança. *Carta Capital*, ano XVI, nº 629, 19 de janeiro de 2011.

SAUER, Ildo. [Lula consolidou o capitalismo e instrumentalizou o Estado no Brasil](http://www.correiodadania.com.br/content/view/5200/9/). Disponível em: <<http://www.correiodadania.com.br/content/view/5200/9/>>. Acesso em: 07 dez. 2010.

SCHWARZ, Roberto. Fim de século. In: SCHWARTZ, Roberto. *Sequências brasileiras*. São Paulo: Cia das Letras, 1999. p. 155-162.

\_\_\_\_\_. As ideias fora do lugar. In: SCHWARTZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1992. p. 13-28.

SINGER, André. O Lulismo e seu futuro. *Revista Piauí*, ano 5, n. 49, outubro de 2010. Páginas 62 a 66.

STEDILE, Miguel Enrique; BASTOS, Manoel Dourado; VILLAS BÔAS, Rafael Litvin. Glossário de conceitos chaves. Veranópolis/Brasília, 2008, *mimeo*. (Material elaborado como subsídio para as disciplinas da área de Linguagens do curso de Licenciatura em Educação do Campo, parceria entre UnB e Iterra (RS), e demais cursos de Comunicação e Cultura promovidos pelos movimentos sociais do campo.)

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

VILLAS BÔAS, Rafael Litvin; CORRÊA, Ana Laura dos Reis; HESS, Bernard Herman; COSTA, Deane Maria Fonsêca de Castro e; BASTOS, Manoel Dourado. Estética e educação do campo: da construção do coletivo de cultura do MST à organização da área de Linguagens da Educação do Campo. In: LOBO, Roberta (Org.) *Crítica da imagem e educação: reflexões sobre a contemporaneidade*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010. p. 149 a 179.